

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE
PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Autoras:

Selma Alves de Freitas Martin¹
Solange de Fátima Plasa²

Instituição: Setor de Ações Complementares à Educação – SACE da Secretaria
Municipal de Educação de Presidente Prudente - SP

RESUMO

Trata-se de um projeto que vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação desde o ano de 2012. Busca garantir dos direitos fundamentais da pessoa humana e pensar a criança como um sujeito de direitos conforme preconizado nos dispositivos legais. Trabalha-se com alunos sobre questões relativas à sexualidade, de forma que possam pensar sobre sua vida, suas escolhas e, ainda, sobre as formas de violências e preconceitos que estão permeados na sociedade. Objetiva formar profissionais da educação possibilitando que estes pensem e estimulem os alunos a pensarem sobre a sexualidade e o desenvolvimento de atitudes para autoproteção e, ainda, proporcionar aos profissionais o conhecimento necessário para identificação e encaminhamento de possíveis situações de violência sexual contra criança e adolescente. Tem como público alvo professores, gestores e escolares do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com alcance aproximado de 9000 alunos por ano. A metodologia de trabalho se dá com uma formação no início do ano para gestores escolares e professores sobre os conceitos que envolvem a discussão, depois esses trabalham com os alunos. Após o ano de 2012, foi adotado o material “O Segredo da Tartarina”. Ao final dos trabalhos, as 32 escolas organizam uma exposição pedagógica e convidam os pais e os profissionais da SEDUC.

¹ Educadora em Saúde Pública no SACE/SEDUC e Professora Universitária da Faculdade de Medicina da UNOESTE

² Assistente Social do SACE/SEDUC

Realização:

Apoio:





Palavras chave: Educação Sexual na Escola, Prevenção à violência sexual; Proteção da Infância.

INTRODUÇÃO:

Trata-se de um projeto desenvolvido pelos técnicos do Setor de Ações Complementares à Educação – SACE, que é composto por profissionais da área de serviço social, educação em saúde pública e psicologia escolar (não contamos no momento por motivo de aposentadoria), atualmente num total de 07 especialistas.

A contribuição dos profissionais consiste em identificar os fatores sociais, psicológicos, culturais, econômicos e de saúde que determinam os processos que mais repercutem no campo educacional como: evasão escolar, baixo rendimento, situações de vulnerabilidades e de risco pessoal, social e institucional dos alunos, as profundas modificações das relações familiares, entre outros.

O Eixo norteador do trabalho desenvolvido pela equipe do SACE está baseado na garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo por objetivo contribuir para a formação dos gestores educacionais e demais educadores da Secretaria Municipal de Educação sobre a importância de pensar a criança como um sujeito de direitos e que a escola a tutela no momento em que lá permanece.

As premissas dos direitos fundamentais permeiam as ações e projetos desenvolvidos pela equipe, com a perspectiva da garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, preconizados nos dispositivos legais, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Direitos Sexuais, Marco Legal: Saúde, um direito de adolescentes, Agenda de Compromisso para Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.080 que estabelece o SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único de Assistência Social, entre outros.

Coadunamos com o Programa Saúde na Escola ao considerar a escola como:

“um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio respeitoso pode ser capaz de contribuir

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



para a garantia dos direitos humanos no sentido de evitar as manifestações da violência e fomentar a construção da cultura da paz” (Caderno Temático Direitos Humanos – Programa Saúde na Escola, p. 2).

Dentre os problemas mais frequentes que temos enfrentado no município, estão as diversas formas de violação de direitos cometidas contra crianças e adolescentes, fato esse que impulsionou no empreendimento desse trabalho. A observação e o contato com os casos que chegam até a equipe técnica do SACE/SEDUC, pelos gestores escolares, somados aos estudos, têm revelando negligências no quadro de proteção social, que podem deixar marcas físicas visíveis no corpo e um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas nas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, consideramos imprescindível combater a teia de violação de direitos que, muitas vezes, começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas, acreditando que essa tarefa somente poderá ser cumprida por meio da mobilização de uma rede de proteção integral, em que a escola se destaca como espaço privilegiado para tal ação.

Na perspectiva de ações preventivas articuladas com as demais políticas públicas, considerando a importância da intersectorialidade, os profissionais do SACE articulam com os profissionais que compõem a Rede de Proteção da Criança e Adolescente – CREAS/Criança e Adolescente, Fórum e Conselho Tutelar, propondo o referido Projeto nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Presidente Prudente.

O referido projeto tem como objetivo instrumentalizar os profissionais das escolas com conceitos que envolvem a temática, possibilitando o desenvolvimento de atitudes para autoproteção dos alunos e proporcionar aos professores e gestores, condições de identificar e encaminhar possíveis situações de violência sexual contra criança e adolescente.

Tem como público alvo todos os Orientadores Pedagógicos, Diretores e Professores dos 1^{os} aos 5^{os} Anos do Ensino Fundamental das Escolas Municipais.

A metodologia do trabalho acontece por meio de momento de formação com os gestores (Diretores e Orientadores Pedagógicos). Nos anos anteriores, foi

Realização:



Apoio:





realizada a formação com todos os profissionais. Neste ano, a formação se dará apenas com os profissionais que iniciaram no cargo do meio do ano de 2016 até esta data, pois estes não passaram por formação específica sobre os temas.

Quanto aos professores, serão organizados encontros de formação para professores do ensino fundamental que não tiveram contato sobre os temas.

A formação, pela equipe do SACE, se dá por meio da apresentação da proposta, discussão dos conceitos relacionados à Educação Sexual e às Violências, diretrizes e orientações quanto a notificação ao Conselho Tutelar, bem como, sobre a utilização do material pedagógico “O Segredo da Tartanina”. Trata-se de um material pedagógico que trabalha com questões relacionadas à violências sexual e a auto proteção. Foi adotado pelo município de Presidente Prudente, pelas políticas de educação e de assistência social, por meio de verba do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, que adquiriu 400 exemplares, para uso dos profissionais.

Durante a formação, são utilizados recursos audiovisuais, oficinas, dinâmicas, clipes e apresentação de diretrizes e materiais produzidos pela equipe do SACE.

Os profissionais que participam da formação são convocados pela Coordenadoria de Gestão Educacional - CGE da SEDUC. Para a formação dos professores, é organizada uma HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo em horário noturno, para possibilitar a participação de professores que trabalham nos dois períodos (manhã e tarde) de diversas unidades escolares. O trabalho acontece no CEFORPP – Centro de Formação de Professores de Presidente Prudente.

O trabalho é organizado para ser desenvolvido durante o ano letivo, com início em março e término em novembro.

Após a conclusão é realizada uma exposição dos trabalhos desenvolvidos em cada unidade escolar. As famílias são convidadas a visitar a exposição e participar de discussões sobre a temática. A exposição conta com a participação de profissionais do SACE, finalizando a ação nas escolas.

Como apontado anteriormente, orientamos para a utilização do livro “O Segredo da Tartanina: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil”, das autoras Alessandra Rocha Santos Silva, Sheila

Realização:



Apoio:



MariaPrado Soma e Cristina FukumoriWatarai, com seis módulos organizados da seguinte forma: Módulo 1 - Socialização, Família e Amizades; Módulo 2 - O Segredo; Módulo 3 - Coisas ruins que parecem coisas boas; Módulo 4 – Afetividade e abuso sexual; Módulo 5 – Por que contar o segredo e Módulo 6 – Prevenção e Proteção.

O livro conta com um “Manual do Adulto”, que apresenta os objetivos de cada módulo e orienta sobre diferentes estratégias para trabalhar a prevenção ao abuso e violências sexual infanto-juvenil.

Ao trabalhar as questões relativas à sexualidade na escola, consideramos um momento formativo importante da vida de cada indivíduo que, de acordo com Figueiró, “falar de sexualidade é trabalhar o relacionamento humano e, por conseguinte, aprimorar as relações interpessoais” (2012, p.77), possibilitando que os alunos tenham um momento para pensar questões relativas à sua vida pessoal e refletir sobre suas escolhas e vivências em uma importante fase da vida.

Nunes e Silva (2000), in Martin 2010, “acreditam que Educação Sexual é uma maneira de formar a pessoa por inteiro para uma vivência gratificante e responsável de sua capacidade humana de desejar e ser desejado, amar e ser amado”.

Nesse sentido, Martin (2010), considera a educação sexual “como um importante caminho que contribui para que cada indivíduo olhe para dentro de si, para a sua formação enquanto pessoa humana que deseja a felicidade, direito inalienável”.

Consideramos importante pensar na formação sobre sexualidade nas escolas, pois além de ser necessário para conhecimento sobre si mesmo, as crianças, por meio do conhecimento adquirido, se protegem contra violências e abusos sexuais.

Egypto (s/d, p.13) in Martin 2010, “considera deprimente a constatação de incidência de abuso sexual em proporções bem maiores do que se supõe”, esse fato torna a educação sexual um trabalho importantíssimo, pois ao serem educadas sexualmente, as crianças tem maiores condições de proteção que as que não recebem essa formação.

Concordamos com Figueiró que, por Educação Sexual entende-se:

Realização:



Apoio:



[...] toda ação de ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual. [...] salientar que educação sexual não deve ser vista como uma ação que ocorre à parte da educação global do indivíduo, mas, pelo contrário, deve ser entendida como parte da mesma. (FIGUEIRÓ, 2001, p. xvii in MARTIN, 2010).

Ao discutir valores e preconceitos na escola, o professor está trabalhando questões relativas à sexualidade, muitas vezes, até mesmo sem pensar. Esse fato nos remete a outras questões, pois a educação sexual, segundo Figueiró, se dá de diversas formas, entre elas a formal ou informal.

Ao discutir sobre uma questão que surge em sala de aula sem ter se programado para isso, considera-se educação sexual informal, e tendo uma aula programada, organizada trata-se de educação sexual formal.

Existem preocupações com as formas de educação sexual, formal e informal, mas a informal é mais preocupante, pois o professor muitas vezes, na ânsia de responder a uma questão de forma imediata, ou quando fala para alunos que esse assunto não deve ser tratado na escola, já está se posicionando em relação a educação sexual, e, ainda que não perceba, passa uma mensagem negativa em relação à discussão da sexualidade na escola. Quanto à educação formal, depende de como professor concebe valores, preconceitos e direitos dos cidadãos, bem como, a forma que se organiza para tratar dos temas.

Nesse trabalho, não nos aprofundamos na educação sexual na escola, mas trabalharemos de forma a introduzir conceitos de violências, para que os gestores e professores possam inserir o trabalho nas escolas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Quanto às violências que afligem crianças e adolescentes na realidade brasileira atual, refletimos sobre conceitos e comportamentais que comumente acometem crianças e adolescentes, na perspectiva de identificar e romper com o ciclo da violência.

Realização:



Apoio:



Entendemos que, desde os tempos primitivos até o presente, a violência contra crianças e adolescentes se apresenta como um fenômeno social e cultural de grande importância onde as políticas públicas devem buscar formas de superação das diversas formas de violência que são prejudiciais para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, reconhecendo-os como cidadãos.

Encontramos ainda inúmeras dificuldades no encaminhamento e providências nos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes no atendimento cotidiano da educação, porém, já avançamos muito em direção a um atendimento de qualidade. Esse fato exige estratégias específicas e diferenciadas para o enfrentamento. A tarefa que se coloca para isso é a de sistematizar o conhecimento propondo medidas de prevenção e assistência para os diferentes tipos de violência.

Entende-se por violência doméstica,

“todo ATO ou OMISSÃO praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e adolescente que, sendo capaz de causar a vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto. De outro, leva a coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”. (Azevedo e Guerra, 1988).

Nesse sentido, consideramos como um fenômeno que merece muita atenção dos profissionais que atuam junto a essa demanda, pois afeta todas as etnias, crenças e diferentes níveis socioeconômicos, para que possam intervir de maneira adequada.

Essa temática é bastante complexa, pouco se comenta a respeito dela, talvez por considerar ainda que o ambiente familiar consiste sempre em um lugar seguro que protege as crianças, um ambiente que ideologicamente é afirmado como espaço de amor e segurança para os seus membros.

Os estudos e nossa atuação durante 30 anos na área da educação mostram que o ambiente familiar, muitas vezes não oferece segurança e nem proteção para as crianças e adolescentes.

Realização:



Apoio:



Uma questão complexa, pois tanto o agressor quanto a vítima não relatam os acontecimentos, mantendo velado um problema de tamanha gravidade. A vítima costuma manter o segredo porque tem medo das ameaças e também sente vergonha, pois passa a desenvolver sentimento de culpa em relação ao acontecido e imagina que ninguém acredita nela.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes, segundo Azevedo (1990),

“é uma violência interpessoal e intersubjetiva; é um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsáveis; é um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de maus-tratos; é uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança”.

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 13/7/90) estabelecem sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus-tratos e determinam penalidades, não apenas para os que praticam o ato, mas também para os que se omitem diante da situação.

Conforme preconizado no artigo 245 do ECA,

“Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência”.

Os profissionais das escolas são orientados a atentarem sobre os comportamentos das crianças, pois estas “avisam” de diversas maneiras, quase sempre não verbais, as situações de maus-tratos, violência física, psicológica, negligência ou abandono e abuso sexual.

No que se refere ao abuso e vitimização sexual, entendemos como:

“todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”.(Azevedo e Guerra, 1988 citado, p.13).

Realização:



Apoio:



Dessa forma, orientamos a seguir o que preconiza o ECA em seu artigo 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”.

Com base nesse dispositivo legal, se o profissional desconfia que uma criança esteja sofrendo violência, mesmo que seja suspeita, deve encaminhar aos órgãos e autoridades competentes, não podendo se omitir diante da situação. Lembrando que o papel de investigar não é da Escola, da Unidade Básica de Saúde - UBS e nem do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Diante das necessidades apresentadas no cotidiano escolar, no que se refere a violência praticada contra crianças e adolescentes, a equipe do SACE, no ano de 2010 elaborou uma cartilha de Diretrizes às Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação quanto aos encaminhamentos ao Conselho Tutelar. Esse instrumento foi elaborado pelos Assistentes Sociais do Setor de Ações Complementares à Educação – SACE, sendo reeditado no ano de 2017, considerando algumas alterações na forma de encaminhamento. Não se trata de um material novo e sim da reorganização sistematizada de informações das situações vivenciadas pelas unidades escolares em sua prática cotidiana, pautadas nos dispositivos legais: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Regimento Comum das Escolas Municipais. Consideramos que as diretrizes, desde sua primeira edição, consistem num importante subsídio para as escolas do Sistema Municipal de Educação.

Dessa forma, na cidade de Presidente Prudente a equipe do SACE estabeleceu junto ao Conselho Tutelar um fluxograma da denúncia.

O Conselho Tutelar notificará os responsáveis para comparecer ao referido Conselho no mesmo dia ou impreterivelmente no dia seguinte com a criança supostamente vitimizada. Caso os responsáveis não compareçam, representante do conselho tutelar irá até a residência dos responsáveis, para aplicação das medidas ou providências cabíveis.

Esperamos desta forma, contribuir para a formação dos profissionais da educação, no que se refere a atitudes de enfrentamento e prevenção da violência

Realização:



Apoio:





contra crianças e adolescentes, vislumbrando uma sociedade menos transgressora dos direitos da infância e juventude.

CONCLUSÃO

As contribuições dos profissionais do SACE – Setor de Ações Complementares à Educação para o projeto de prevenção às violências consistem na formação dos profissionais das escolas, para que considerem os dispositivos legais, garantindo para a população infanto-juvenil o respeito enquanto cidadãos em condição peculiar de desenvolvimento.

As ações previstas nesse projeto são desenvolvidas no sentido de prevenir a violência contra a criança e adolescente, promovendo uma articulação entre as políticas públicas de atendimento do município, atuando de maneira interdisciplinar e contribuindo com a efetivação dos direitos humanos e sociais.

A complexidade desse tema requer cada vez mais uma atuação responsável dos profissionais que lidam com crianças, conhecendo a realidade local, e se comprometendo em modificá-la.

Durante o desenvolvimento do trabalho, os profissionais do SACE, bem como das escolas, tem percebido a importância do mesmo, pois no decorrer do tempo tem se notado a mudança na forma de pensar dos envolvidos, esse fato tem fortalecido o enfrentamento ao fenômeno da violência. Alguns anos anteriores era notável a percepção da negatividade dos profissionais da escola em desenvolver trabalhos com esses temas.

No ano de 2016 mais de 9000 crianças foram contempladas com o trabalho em 32 unidades escolares municipais. Dentro desse público, infelizmente, algumas crianças apontaram/demonstraram a vivência de abusos sofridos e foram encaminhadas para os órgãos competentes.

Ressaltamos que, durante a formação com os/as professoras/es, algumas professoras relataram terem sofrido abuso sexual na infância, onde silenciaram por muito tempo, e na idade adulta (algumas apenas após tratamento psicológico) conseguiram falar sobre a situação sofrida.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





Essas professoras, por sua vez, apesar das violências sofridas, nos auxiliaram na sensibilização dos profissionais do grupo ao falarem sobre suas vivências.

Nesse sentido, o município de Presidente Prudente, por meio da Secretaria Municipal de Educação, é comprometido com a proteção e a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, sendo referência no trabalho efetivo e continuado sobre a temática.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. – **Pele de Asno não é só história**: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

_____. **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual no Dia A Dia**. Londrina: [s.n.], 1999.

_____. **Educação Sexual**: retomando uma proposta um desafio. 2º ed. Londrina: EDUEL, 2001.

GUERRA, V. N. A. – **A Violência de Pais contra Filhos**: Procuram-se Vítimas. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **A “Lei do Silêncio” na área da Violência Física e Doméstica contra crianças e Adolescentes**: Uma questão intocada. São Paulo: 1992.

MARTIN, S. A. F., Guibu, G.Y. **Educação em Saúde na Escola: formação para atenção às vulnerabilidades de crianças, adolescentes e jovens em espaços educacionais**. Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. 2012.

MARTIN, S. A. F. **Educação Sexual na escola: concepções e práticas de professores**. Presidente Prudente: FCT/UNESP- SP. 2010. 180 p. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2010.

Santos, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

Setor de Ações Complementares à Educação – SACE. **Direitos Humanos na Escola**. Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente - SP. 2008.

Silva, A. R. S.; Soma, S. M. P. e Watarai, C. F. **O Segredo da Tartanina**: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil. Universidade da Família. Pompeia. São Paulo, 2011.

www.promenino.org.br acesso em 04/04/2017

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



ABSTRACT

It is a project that has been developed by the Municipal Department of Education since 2012. It seeks to guarantee the fundamental rights of the human person and to think of the child as a subject of rights as recommended in the legal provisions. We work with students on issues related to sexuality, so that they can think about their lives, their choices and also about the forms of violence and prejudices that permeate society. It aims to train education professionals, enabling them to think and stimulate students to think about sexuality and the development of attitudes for self-protection, and also to provide professionals with the necessary knowledge to identify and refer possible situations of sexual violence against children and adolescents. Its target audience is teachers, managers and schoolchildren from 1st to 5th year of elementary school, with approximately 9,000 students per year. The methodology of work is given with a training at the beginning of the year for school managers and teachers on the concepts that involve the discussion, then these work with the students. After 2012, the material "The Secret of Tartanina" was adopted. At the end of the work, the 32 schools organize a pedagogic exhibition and invite parents and professionals from SEDUC.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação

